Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

Prerrogativas contratuais da Administração Pública: exegese do art. 104 da Lei nº 14.133/2021

Ricardo Marcondes Martins 11

1 Contrato administrativo e "prerrogativas" 11
2 Âmbito de incidência do art. 104 da Lei nº 14.133/21 14
3 Aplicação de normas privadas 16
4 Supremacia especial 17
5 Modificação unilateral 18
6 Cláusulas inalteráveis 22
7 Equilíbrio econômico-financeiro 23
8 Extinção unilateral 24
9 Fiscalização 27
10 Sanção 27
11 Apossamento administrativo 28
Conclusões 30
Referências 34

Conceito jurídico de passageiro

João Victor Tavares Galil 39

1 Introito 39
2 O conceito constitucional de usuário 40
3 O usuário nas normas infraconstitucionais 42
4 Usuário *versus* consumidor 44
5 O usuário passageiro 47
Referências 48

O potencial uso de inteligência artificial pelo Estado para fins de intervenção na propriedade privada

Isabella Macedo Torres, João Sergio dos Santos Soares Pereira, Luis Eduardo de Souza Leite Trancoso Daher 51

Introdução 52
1 A virtualização e interoperabilidade pressupostas para a implementação de inteligência artificial – IA no setor público: entre os benefícios e riscos 53
2 Proposições benéficas de auxílio da IA no campo da intervenção do Estado na propriedade privada 61
3 Sugestões e propostas de implementação de IA com base na interoperabilidade 70
Conclusões 72
Referências 74

A estrutura de controle na Nova Lei de Licitações
Rodrigo Santos Neves, Caio Cesar Duque Gama 77

1 Introdução 78
2 Controle preventivo e gestão de riscos 79
3 Do controle social 85
4 As três linhas de defesa das contratações 87
4.1 A primeira linha de defesa das contratações 88
4.2 A segunda linha de defesa das contratações 89
4.3 A terceira linha de defesa das contratações 90
5 Considerações finais 90
Referências 91

Reflexões para o tratamento legal de emergências socioambientais
Raíssa Moreira Lima Mendes Musarra 95

Referências 99

Considerações para infraestrutura cemiterial, atividade funerária e direitos fundamentais
Diogo Alves Verri Garcia de Souza 101

Considerações iniciais 101
1 A morte como objeto de tratativa constitucional direta e indireta 102
2 Direito ao luto e atividade funerária 108
3 Exumações, inumações e necropsia 114
4 Da violação à sepultura e dos outros crimes de agravo aos mortos e ao luto 116
5 O viés de um direito fundamental 121
5.1 De Antígona (uma história da dignidade ao morrer) a Sísifo (a indignidade para permanecer vivo) 122
5.2 O campo de expressão do direito à morte e ao funeral 124
Considerações finais 127
Referências 128

O direito administrativo sancionador no serviço funerário: a responsabilidade de servidores, delegatários e terceirizados
Pedro Luiz Ferreira de Almeida 131

Introdução 132
1 Serviço funerário: natureza jurídica e competência 133
2 O direito administrativo sancionador 136
3 O direito administrativo sancionador e o serviço funerário 140
Conclusões 144
Referências 146

O novo regime jurídico das nulidades dos contratos administrativos e o instituto jurídico da indenização: os novos parâmetros trazidos pela Lei nº 14.133/2021
Bruno Vieira da Rocha Barbirato 149

1 Introdução 150

2 O atual cenário das artes quanto ao dever de indenização em matéria de contrato administrativo 151
3 O regime jurídico da declaração de nulidade dos contratos administrativos e seus efeitos jurídicos 158
4 Conclusão 164
Referências 166

A responsabilidade administrativa no Brasil, perante terceiros, decorrente de execução de obra pública
Willian Gustavo Rodrigues 167
1 Introdução 167
2 Origem histórica do conceito de responsabilidade civil 168
3 Evolução conceitual da responsabilização do Estado 172
3.1 Responsabilidade civil da Administração Pública no Brasil 174
3.2 Teoria do risco administrativo mitigado 175
3.3 Responsabilidade objetiva 177
3.4 Responsabilidade subjetiva 179
4 Responsabilização administrativa decorrente de danos por obras públicas 181
5 Considerações finais 183
Referências 185

Os impactos da regulação dos biodefensivos sobre a atividade das *startups*: o *sandbox regulatório* como instrumento de viabilização da atividade das *agtechs*
Gustavo Salema Marques 187
1 Introdução 187
2 A LC nº 182/2021 e o fomento à inovação no agronegócio 189
3 O impacto do ambiente regulatório sobre as *agtechs* 193
4 A efetividade do *sandbox* regulatório para as *agtechs* 198
5 Conclusão 203
Referências 205

A contrafação do ato administrativo
Wagner Onório Pacheco 209
1 Considerações preliminares 209
2 O ato administrativo 212
2.1 Conceito de ato administrativo – Celso Antônio Bandeira de Mello 214
2.2 Conceito de ato administrativo – Ricardo Marcondes Martins 218
3 A contrafação administrativa 224
4 Medidas para identificar a contrafação do ato administrativo 227
5 Conclusão 231
Referências 233

Súmula nº 347 e o controle de constitucionalidade por Tribunais de Contas: a interpretação do Supremo Tribunal Federal
Francesca Raglione Mariutti 235
Introdução 236
I Metodologia 238

II Ideias e conceitos preliminares sobre o tema 239
II.1 Breves notas sobre o controle de constitucionalidade brasileiro..... 239
II.2 As competências constitucionais dos Tribunais de Contas..... 242
III A criação da Súmula nº 347 pelo STF..... 244
IV A jurisprudência do STF após a edição da Súmula nº 347..... 246
IV.1 A judicialização da Súmula nº 347: primeiros casos 246
IV.2 Controle de constitucionalidade pelo CNJ: casos decididos em comparação às competências dos TCs 249
IV.3 A natureza jurídica dos TCs: uma nova leitura da Súmula nº 347? 257
IV.4 A permanência da Súmula nº 347 260
IV.5 Resumo da jurisprudência do STF acerca do tema 262
Conclusões e o destino da Súmula nº 347..... 264
Referências 267

Equilíbrio econômico-financeiro no ordenamento jurídico brasileiro: conceito e aprofundamentos teóricos
Pedro Luís de Vasconcelos Oliveira..... 271

1 Introdução..... 271
2 O tratamento do equilíbrio econômico-financeiro no ordenamento jurídico brasileiro 273
2.1 Fonte formal da garantia ao equilíbrio econômico-financeiro em concessões no ordenamento jurídico brasileiro..... 273
2.2 O conceito legal de equilíbrio econômico-financeiro e o art. 10 da Lei Federal nº 8.987/1995 276
2.3 Caracterizações conceituais encontradas na doutrina 279
3 Aprofundamento teórico a respeito do equilíbrio econômico-financeiro 287
3.1 Equilíbrio econômico-financeiro e sistema de (re)equilíbrio econômico-financeiro . 288
3.2 Equilíbrio econômico-financeiro e justiça contratual..... 288
3.3 Equilíbrio econômico-financeiro e a finalidade pública da concessão..... 292
3.4 Equilíbrio econômico-financeiro e a concessão como contrato relacional 296
4 Conclusões 302
Referências 304

Instruções para os autores 307